



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A6 GERAL

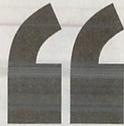
Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 14 de abril de 2015

MPE avaliará déficit de enfermeiros na MNSL

Seese e outras entidades denunciaram uma série de problemas constatados na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes

O Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe (Seese) e outras entidades denunciaram uma série de problemas constatados na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL), durante audiência, nessa segunda-feira (13), no Ministério Público do Estado (MPE). Os promotores de Justiça, Antônio Forte de Souza Júnior e Nilzir Soares, deram vista aos autos para melhor análise das denúncias, como

da quantidade insuficiente de enfermeiros na maternidade. Os problemas apresentados foram graves, como plantonistas que ficam no Centro Obstétrico e na parte externa. Na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIn), o que deveria ser um enfermeiro para dois pacientes graves, atualmente, é um enfermeiro para cinco. "Numa situação como esta de sobrecarga, qualquer profissional está suscetível a erros", afirma Gabriela Lima, da diretoria do Seese,



Com a sobrecarga, qualquer um está suscetível a erros"

Gabriela Lima |
Diretora do Seese

denunciando que existe o agravante de que as maternidades

do interior não funcionam como deveriam.

Foi denunciado ainda ao MPE a falta de lençóis e insumos, capote, antibióticos, excesso de horas trabalhadas, chegando ao ponto de profissionais trabalharem 36 horas sem descanso. Houve reclamação também de que existem maternidades filantrópicas, que recebem dinheiro do Estado, mas que não são fiscalizadas.

• Outro lado

Em contrapartida, a

Secretaria de Estado da Saúde (SES) explicou que a regulação é de responsabilidade da SIGAL, órgão vinculado à SES, mas que já está implantando a regulação entre as maternidades do Estado. Por sua vez, a diretoria da MNSL alegou que a maternidade está superlotada por conta da carência na Rede Básica Municipal e da situação de outras maternidades, com prematuros graves e de altíssimo risco.

A FHS adiantou que existe um concurso público em anda-

mento, com a ciência do Ministério Público de todo o procedimento, e que até a segunda quinzena de abril publicará um novo edital para tentar equacionar a questão de enfermeiros e médicos. Sobre a falta de insumos e medicações, a Fundação alegou que o software que faz o controle tem um custo de manutenção de R\$ 7 milhões e que está fora da realidade da situação financeira da FHS, mas que tentará outros meios para resolver a questão.